



O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DE GESTÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE POÇÃO-PE

Eduarda Vasconcelos Gomes¹, Eliabe Roberto de Souza²

¹ Aluna do Bacharelado em Administração Pública da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UFRPE. E-mail: eduardavasconcelos2016@gmail.com. ² Professor pesquisador no Bacharelado em Administração Pública da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UFRPE. E-mail: elroso2009@gmail.com.

RESUMO – O Plano Nacional de Educação é um instrumento da política pública educacional do Brasil que tem o objetivo de proporcionar a universalização do atendimento escolar e com esta diretriz surgem problemas de gestão educacional municipal. O objetivo desta pesquisa foi investigar quais os desafios de gestão educacional são evidenciados para efetivação do atual Plano Nacional de Educação no Município de Poção-PE nos anos de 2014 a 2018. A metodologia da investigação foi baseada na pesquisa documental e os dados secundários foram oriundos da Base de Dados do Estado de Pernambuco e do Ministério da Educação. Os resultados da investigação sinalizam a redução de matrículas na série histórica, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental; diminuição no atendimento do transporte escolar e no número de estabelecimentos na Educação Infantil, além da queda no número de docentes em atuação na esfera municipal. Conclui-se, assim, que muitos são os desafios encontrados para a efetivação da PNE (2014-2024) no município poçoense, como a redução de matrículas e conseqüente diminuição de unidades escolares na Educação Básica, o decrescente atendimento do transporte escolar e a drástica redução de docentes em sala de aula, principalmente nas escolas rurais.

Palavras-chave: Matrículas. Transporte. Docentes. Plano educacional. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com grande diversidade cultural, social e econômica devido à sua expansão territorial e que, por sua vez, esses fatores impactam nas formas de fazer educação.

No Brasil a educação é um direito social garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988 e em seu art. 6º, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988).

Após a promulgação da Constituição Federativa do Brasil em 1988, foi instituída a Lei nº 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como forma de amenizar as desigualdades regionais pertinentes a Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A LDB 9394/96 aborda em seu Art. 1º, os processos formativos que a educação nacional abrange, sendo eles relacionados ao desenvolvimento da “[...] vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Os princípios e fins da Educação Nacional, previstos no Art. 2º da LDB 9394/96, revelam que a educação é um dever tanto da família quanto do Estado, e por ser um direito



constitucional, esse dever inspira os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, apresentando ainda como fins o desenvolvimento pleno dos alunos, com foco na preparação para a qualificação profissional e exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

No que diz respeito ao dever do Estado em suas esferas governamentais, a LDB 9394/96 registra no Art. 11º, que é dever dos municípios “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (BRASIL, 1996).

As ações governamentais nas esferas públicas municipais, estaduais e federal, geralmente ocorrem através da instituição de políticas públicas. Essas políticas públicas são materializadas através de planos, projetos e programas, dentre outros exemplos.

Para o decênio de 2014 a 2024, foi aprovada a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) cuja finalidade é conferir ao Brasil um sistema educacional capaz de garantir o direito à educação de forma integral (BRASIL, 2015).

Uma das formas para averiguar a garantia do direito a educação consiste em comparar o crescimento demográfico de determinada região para verificar se houve crescimento ou não da população ali residente. Dessa forma, o censo demográfico realizado pelo o instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que no ano de 2010 a população brasileira era 190.755.799 pessoas e no ano de 2020 a população estimada foi de 211,8 milhões de habitantes (IBGE, 2021a). Em se tratando da população do Estado de Pernambuco no ano de 2010 correspondia a 8.796.448 habitantes e em 2020 a população foi de aproximadamente 9.616.621 pessoas (IBGE, 2021b). No que diz respeito sobre a população do Município de Poção – PE, a cidade possuía 11.242 habitantes no ano de 2010 e aproximadamente 11.305 habitantes no ano de 2020 (IBGE, 2021c). De acordo com os dados houve crescimento populacional o que indica maiores responsabilidades educacionais entre os três níveis federativos citados.

A Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE) revela que no ano de 2018, no Município de Poção, ocorreram 151 matrículas creches, 274 matrículas na pré-escola, 1.061 matrículas no Ensino Fundamental [anos iniciais] e 689 matrículas no Ensino Fundamental [anos finais] (BDE, 2020a).

Sendo assim, surge o seguinte questionamento: quais os desafios de gestão educacional são encontrados no Município de Poção-PE, para efetivação do PNE entre os anos de 2014 a 2018?

A abordagem sobre o Plano Nacional de Educação, em seus diferentes contextos de pesquisa, tem sido objeto de estudo de Lima (2007), com a dissertação intitulada “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: processo de elaboração e implementação”; Saviani (2010), com o artigo intitulado “Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação”; Aquino (2015), com a tese intitulada “Formulação do Plano Nacional de Educação 2014-2024: a gestão democrática da escola na política pública”; Hypólito (2015), com o artigo intitulado “Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho”; e Oliveira (2017), com o artigo intitulado “Do Plano Nacional de Educação (2014-2024) ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014- 2024): a gestão democrática em questão”, porém há uma lacuna sobre o estudo da temática no Município de Poção-PE.

Por outro lado, o estudo pode trazer novos olhares sobre o PNE na esfera municipal, seja na adoção de outras políticas públicas, no estabelecimento de plano estratégico municipal ou na elaboração de plano municipal de educação, além de servir de base para outros projetos acadêmicos e científicos.



Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar quais os desafios de gestão educacional são evidenciados para efetivação do atual Plano Nacional de Educação no Município de Poção-PE nos anos de 2014 a 2018. Resultam do objetivo geral os seguintes objetivos específicos:

1. Enumerar a evolução de matrículas na rede municipal referente à Educação infantil e Ensino Fundamental;
2. Apresentar série histórica de estabelecimentos educacionais municipais a partir de 2014 até 2018;
3. Alencar previsão de atendimento do transporte escolar para o município de Poção;
4. Relatar o quantitativo de docentes vinculados à Educação Básica por etapa de ensino e por localização administrativa sob a responsabilidade municipal de Poção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O advento da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) no ano de 1988 trouxe uma nova forma de olhar sobre o que se concebe por cidadania, dignidade da pessoa humana, construção de sociedade livre, justa e solidária, e também no que diz respeito à redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988).

A CF de 1988, no Art. 214, estabelece o plano de educação nacional, com periodicidade decenal para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino, tanto na educação básica quanto na educação superior, em suas etapas e modalidades, através de ações conjuntas dos poderes públicos, nas diferentes esferas federativas, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, promover a universalização do atendimento escolar, melhorar a qualidade de ensino, incentivar a formação para o trabalho, fomentar a formação humanística, científica e tecnológica brasileira, além de estabelecer metas de aplicação de recursos públicos em educação (BRASIL, 1988).

Após o estabelecimento da CF de 1988, foram instituídos três planos nacionais de educação: o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), o Plano Nacional de Educação (2001-2010) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024).

O Plano Decenal de Educação para Todos, foi elaborado para vigência entre 1993 e o ano de 2003. Neste documento se encontra fundamentos que enseja qualidade de ensino e permanência dos discentes no ambiente escolar. De acordo com Moura (2018), este plano buscou a erradicação do analfabetismo e a melhoria do Ensino Fundamental.

De acordo com Moura (2018), o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência no período de 2001-2010, foi o resultado de discussões de duas vertentes envolvidas com a Educação Nacional, realizadas em dois anos: uma em 1996 e a outra em 1997, por meio dos Congressos Nacionais de Educação (CONEDS), os quais foram realizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública (FNDEP), e pelo envio da proposta do feita pelo Executivo, Congresso Nacional, Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e por fim, pela União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME). Porém, em 9 de janeiro 2001, o primeiro PNE brasileiro foi aprovado através da Lei 10.172.

O terceiro plano educacional do Brasil, isto é, vigente após a CF de 1988, é o Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado em 2014 através da Lei n.13.005 de 25 de julho (BRASIL, 2014a). Ressalta-se que houve uma lacuna de três anos entre a finalização do plano anterior para a aprovação do atual.

Na Lei n.13.005/2014, que estabelece o PNE (2014-2024), foram elencadas dez diretrizes para efetivação do plano, conforme podem ser vistas no Quadro 1.



Quadro 1 – Diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014-2024)

DIRETRIZES DECENAIS	
I - erradicação do analfabetismo;	VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
II - universalização do atendimento escolar;	VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;	VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
IV - melhoria da qualidade da educação;	IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;	X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Brasil (2014).

É interessante ressaltar que essas diretrizes não são materializadas por si só, mas pela transversalidade, pela superação das desigualdades educacionais, pela promoção da qualidade educacional e pela valorização dos(as) profissionais da educação (BRASIL, 2015).

De acordo com Brasil (2015, p.11), o PNE é um documento que “[...] define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira” e na urgência de se revolver pendências sobre “[...] o acesso à educação e a escolaridade média da população, na baixa qualidade do aprendizado e nos desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação”.

O novo PNE é apresentado para a sociedade brasileira com a intenção de solucionar ou diminuir os vários problemas existentes na educação oficial do Brasil e, para tanto, apresenta 20 metas educacionais. O Ministério da Educação, por meio do documento “Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação”, agrupou essas metas em quatro categorias, as quais estão relacionadas à garantia da educação básica com qualidade, diminuição das desigualdades e à valorização da diversidade, valorização dos profissionais do meio educacional e a última está voltada para o ensino superior (BRASIL, 2015).

De fato, para a consecução do PNE, não se pode deixar de mencionar a atual lei que disciplina a Educação Nacional, isto é, a Lei n. 9.394/1996. Conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Art. 1º, relata que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e



pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Com a LDB n. 9.394/96, fica compreensível que o caráter da Educação Nacional começa no seio familiar e expande-se nas relações entre as pessoas, no ambiente laboral, nas instituições de ensino e pesquisa, nas formas como a sociedade se organiza e nas formas como são expressas as manifestações culturais.

No Art. 2º da LDB n. 9.394/96 fica estabelecido que a educação é primeiro um dever da família e em seguida do Estado, sendo, portanto “[...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, no Art. 3º da LDBEN n.9.394/96, são apontados 13 princípios essenciais para que o ensino nacional seja ministrado, os quais apontam para:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996).

Com o estabelecimento dos princípios educacionais por meio da CF de 1988 e da LDB n. 9.394/96, a gestão democrática passou a ser intensificada, visto que com a aprovação do PNE (2014-2024), ficou fixado um prazo de dois anos para os entes federados regulamentarem a referida gestão nos sistemas de ensino (NARDI, 2018).

A gestão democrática quando realizada no âmbito escolar permite que professores, pais, alunos, equipe pedagógica, equipe diretiva e demais funcionários da escola se envolvam em ações e planejamentos da escola, ou seja, toda a comunidade escolar se torna responsável em elaborar e participar do planejamento acadêmico benéfico para a instituição, o qual tem por objetivo maior que as ações sejam voltadas para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos, pois este tipo de gestão visa o crescimento intelectual e social dos discentes (OLIVEIRA; VASQUES-MENEZES, 2008).

De acordo com Dourado (2007), a gestão educacional possui suas próprias características, as quais vão além do método de ensinar, visto que possui uma finalidade mais abrangente pelo fato de sua especificidade e dos fins educacionais, do que a utilização de métodos, técnicas e princípios da administração empresarial.

Vale ressaltar que o Estado tem papel importante sobre a gestão educacional. Nesse sentido, Oliveira (2017) revela que por meio do PNE (2014-2024), o Estado incentiva e estimula a construção de instrumentos de gestão democrática, o fortalecimento de conselhos municipais de educação, controle social e a participação da comunidade escolar na elaboração de planos de gestão escolar e regimentos escolares.



No que diz respeito à esfera municipal, cabe ao município à elaboração do Plano Municipal de Educação (PME).

O Plano Municipal de Educação (PME) é uma ferramenta de gestão municipal que deve estar articulado com PNE e com o Plano Estadual de Educação (PEE) para que possa promover educação com qualidade para todos (BRASIL, 2014b).

Por fim, ressalta-se que o PME exige um trabalho diligente e organizado, precisa estar alinhado ao PNE e ao PEE, deve retratar a realidade do município, interligado por vários setores de modo estratégico, associado aos demais instrumentos de planejamento das diversas esferas governamentais, além de ser elaborado a partir da realidade local para ter sucesso (BRASIL, 2014b).

3 METODOLOGIA

Os estudos sobre o Plano Nacional de Educação e os desafios de gestão educacional do Município de Poção-PE podem ser realizados através de fontes de dados oficiais secundárias, configurando desta forma o caráter documental.

O procedimento metodológico aplicado para o desenvolvimento desta pesquisa está atrelado à pesquisa documental e, sendo assim, embasado em documento.

De acordo com Sá- Silva *et al.* (2009), o documento pode se apresentar de formas distintas, sendo elas por meio de filmes, slides, pôsteres, entre outras formas, tanto escritas como não escritas.

A pesquisa documental permite ao pesquisador um amplo campo de abordagem seja ele voltado para natureza positivista ou para a compressão com enfoque crítico. A pesquisa documental se institui mediante a análise de documentos produzidos pelo homem e por este motivo expõe a sua visão de mundo e dos acontecimentos sociais (SILVA *et al.*, 2009).

3.1 Local da pesquisa

O Município de Poção - PE está localizado na região Agreste e na microrregião do Vale do Ipojuca, tendo uma área de 204,329 Km². Limita-se ao norte com o Estado da Paraíba; ao sul com a cidade de Pesqueira; ao leste com Jataúba, e ao oeste também com a cidade de Pesqueira; tem como distritos Pão de Açúcar e Gravatá dos Gomes; possui altitude de 1200 metros acima do nível do mar e os seus habitantes têm seu gentílico dominado como poçoense (PERNAMBUCO, 2018).

Sobre o perfil socioeconômico de Poção-PE, o município possui o Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,528, incidência de pobreza com percentual de 45,01%, motivo que leva esta parcela da população participar dos programas governamentais como Bolsa Família, Ações Emergenciais de Enfretamento aos Efeitos da Estiagem, Bolsa Estiagem e Tarifa Social de Energia (IBGE, 2021c).

A estrutura do Governo Municipal de Poção-PE, está dividida em 13 secretarias e órgãos, que são: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Governo, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Controle Interno Municipal/Ouvidoria Municipal, Secretaria de Obras e Urbanismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Esporte, Secretaria de cultura e Turismo, Comissão Permanente de Licitação e a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (POÇÃO, 2018).



De acordo com a Base de Dados do Estado (BDE) de Pernambuco, no ano de 2018, o Município de Poção–PE, contava ao todo com 13 escolas municipais voltadas para o público da Educação Infantil e 15 escolas de Ensino Fundamental (BDE, 2018).

No que diz respeito aos dados econômicos, de acordo com o BDE (2019) as despesas municipais com a educação municipal poçoense foram de R\$ 12.200.478,96 (doze milhões, duzentos mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos) para o referido ano.

3.2 Coleta de dados

Dada à especificidade da pesquisa, isto é, de caráter documental, os dados foram oriundos de fontes secundárias.

As fontes secundárias são aquelas que já existem, ou seja, que já foram coletadas e até analisadas por outras pessoas ou pesquisadores.

Segundo Mattar (2001, p.134 apud CLOSS; BERRÁ, 2009), os “[...] dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com propósitos outros ao de atender às necessidades da pesquisa em andamento, e que estão catalogados à disposição dos interessados”.

Os dados secundários da pesquisa foram obtidos através de banco de dados oficiais, oriundos da Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE), do Ministério da Educação (MEC) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); coletados nos meses de novembro entre 03/11 a 30/11, dezembro entre 01/12 a 31/12 de 2020 e janeiro entre 02/01 a 30/01 de 2021.

3.3 Análise dos dados

A análise de dados da pesquisa foi baseada na análise de conteúdo.

A análise de conteúdo surgiu no início do século passado e vem ganhando cada vez mais espaço no mundo científico por apresentar característica de análise que permite ao pesquisador a utilização tanto de dados qualitativos quanto quantitativos.

De acordo com Caragnato e Mutti (2006), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que se ocupa com o vocábulo para produzir inferências relativas ao conteúdo da comunicação textual passíveis de replicação ao contexto social.

Por fim, a análise de conteúdo foi baseada em categorias temáticas, sendo elas: evolução de matrículas, quantitativo de estabelecimentos, disponibilidade de condução escolar, docentes em exercício profissional e docentes por zona municipal. De acordo com Caragnato e Mutti (2006) essas categorias são classificadas por meio de suas semelhanças e diferenças, reagrupando os conteúdos que apresentam características comuns. Sendo assim, este procedimento permite a compreensão de símbolos e significados presentes no documento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa intitulada “O Plano Nacional de Educação e os desafios de gestão educacional do Município de Poção – PE” teve por objetivo investigar quais os desafios de gestão educacional são evidenciados para efetivação do atual Plano Nacional de Educação no Município de Poção no período de 2014 até 2018. Escrito isto, os achados estão descritos abaixo.



Quanto à enumeração da evolução de matrículas na rede municipal referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental, os resultados estão dispostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Matrículas da Rede Municipal de Poção –PE

CATEGORIA DE ANÁLISE – Evolução de matrículas				
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL	
	ETAPA DA EDUCAÇÃO	MATRÍCULAS	ETAPA DA EDUCAÇÃO	MATRÍCULAS
2014	Creche	204	Anos iniciais	1.142
	Pré Escola	311	Anos Finais	600
2015	Creche	165	Anos iniciais	1.133
	Pré Escola	321	Anos Finais	643
2016	Creche	171	Anos iniciais	1.116
	Pré Escola	271	Anos Finais	753
2017	Creche	152	Anos iniciais	1.070
	Pré Escola	296	Anos Finais	829
2018	Creche	151	Anos iniciais	1.061
	Pré Escola	274	Anos Finais	689

Fonte: Elaborado pelos autores baseado na Base de Dados do Estado (2020ce).

Observa-se no Quadro 2 que as matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental do Município de Poção apresentam oscilações nos anos pesquisados, mostrando evoluções e involuções em algumas modalidades. Na Educação Infantil, etapa Creche, percebeu-se a ocorrência de involução ou diminuição das matrículas nos anos de 2015 a 2018.

Na Pré-escola, observa-se que o ano de 2015 apresenta uma elevação nos números de matriculados em relação a 2014, seguida de decréscimos entre nos anos de 2016 a 2018.

Nota-se na modalidade do Ensino Fundamental, na etapa dos anos iniciais, uma redução de matriculados no que se refere aos anos de 2015 a 2018, visto que nos anos finais da mesma etapa acontece o oposto, pois entre os anos de 2015 a 2017 ocorreu um aumento no número de matriculados na etapa final do Ensino Fundamental.

Salienta-se, pois, que as diretrizes I e II do PNE tratam da “erradicação do analfabetismo” e da “universalização do atendimento escolar”, e, sendo assim, percebe-se que ao analisar a série histórica existe sempre aumento e decréscimo entre o número de matrículas entre a “creche” e a “pré-escola”, decréscimo nos “anos iniciais” e aumento nos “anos finais”. É preocupante para a região municipal de Poção o decréscimo de matrículas nos anos iniciais em toda a série em estudo. Por outro lado existe uma perda de investimento público na educação pública municipal, visto que existe uma diferença de 48% entre o número de matriculados nos “anos iniciais” e “anos finais” em 2014. Para o ano de 2018 essa diferença baixa para 36%, mas ainda configura o não atendimento das diretrizes I e II do atual PNE.

Em se tratando da apresentação da série histórica do quantitativo de estabelecimentos educacionais municipais poçoenses a partir de 2014 até 2018, os achados estão dispostos no Quadro 3.



Quadro 3 – Estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Poção –PE

CATEGORIA DE ANÁLISE – Quantitativo de estabelecimentos		
ANO	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO	
	Educação Infantil	Ensino Fundamental
2014	Indisponível	13
2015	Indisponível	Indisponível
2016	Indisponível	12
2017	12	13
2018	11	13

Fonte: Elaborado pelos autores baseado na Base de Dados do Estado (2020bd).

Conforme o Quadro 3, a BDE de Pernambuco não disponibiliza informações quantitativas referentes aos estabelecimentos de ensino da Educação Infantil entre os anos de 2014 a 2016, havendo relatos apenas nos anos de 2017 e 2018. Os dados revelam que ocorreu um decréscimo no número de estabelecimentos para este tipo de modalidade de ensino.

No Ensino Fundamental ocorre maior número de informação, visto que apenas no ano de 2015 não há informação disponível. Diante dos dados obtidos percebe-se uma involução no ano de 2016 quanto ao quantitativo de estabelecimentos de ensino, mas que existe um aumento em 2017, voltando ao mesmo nível do início da série histórica e permanecendo constante até o ano de 2018.

Ao serem comparados os dados entre os Quadros 2 e 3, sobre o número de matriculados e o quantitativo de estabelecimentos de ensino na Educação Infantil, é possível identificar que o número de matriculados decresceu 5% juntamente com a redução de 8% no número de estabelecimentos de ensino no ano de 2018.

Quanto ao Ensino Fundamental, percebe-se que o número de estabelecimentos de ensino, apesar da não disponibilidade de dados do ano de 2015 e da inflexão no ano de 2016, manteve-se o quantitativo do início da série até o ano de 2018. Já em relação ao número de todas as matrículas de 2014 e 2018, houve aumento de 0,5% de matriculados para ocupar os 13 estabelecimentos de ensino.

Referindo-se à disponibilidade da previsão de atendimento do transporte escolar para o Município de Poção-PE, os resultados estão dispostos no Quadro 4.

Quadro 4 – Atendimento do transporte escolar da Rede Municipal de Poção –PE

CATEGORIA DE ANÁLISE – Disponibilidade de condução escolar		
ANO	TRANSPORTE ESCOLAR	
	Nº de Alunos	Valores repassados em R\$
2014	695	93.202,06
2015	712	95.479,20
2016	654	87.701,40
2017	Indisponível	Indisponível
2018	594	93.993,37

Fonte: Elaborado pelos autores baseado no MEC/Portal do FNDE (2014-2018).



Com base nos dados apresentados no Quadro 4, referente ao atendimento do transporte escolar do município poçoense, foi possível constatar que entre os anos de 2014 à 2016 foram repassados R\$134,10 por aluno. Já no ano de 2018, o repasse por aluno foi de R\$158,23, representando um aumento de cerca de 18% do início até o final da série em estudo.

Tratando-se da diretriz VIII do PNE em vigor (2014-2024), no que diz respeito ao “atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade”, percebe-se o repasse de valores inalterados para os três primeiros da série histórica, muito embora a cada ano as necessidades socioeducacionais são agravadas. A falta de divulgação dados oficiais pelo Ministério da Educação para o ano de 2017 ajuda a encobrir ainda a oferta de serviço público e o atendimento das necessidades dos discentes da Rede Municipal de Poção.

No que concerne ao quantitativo de docentes vinculados à Educação Básica por etapa de ensino e por localização administrativa, sob a responsabilidade municipal de Poção, os dados encontram-se no Quadro 5 e no Quadro 6.

Quadro 5 – Numero de docentes por Etapa de Ensino da Educação Básica da Rede Municipal de Poção –PE

CATEGORIA DE ANÁLISE – Docentes em exercício profissional				
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL	
	CRECHE	PRÉ- ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2014	17	26	53	47
2015	19	26	57	30
2016	19	21	41	39
2017	10	20	45	39
2018	11	21	46	34

Fonte: Elaborado pelos autores baseado no MEC/Portal do INEP (2014-2018).

Em conformidade com o Quadro 5, o número de docentes que atuam na Educação Básica do Município de Poção sofreu oscilações ao longo dos anos, tanto na modalidade da Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. Na etapa Creche observa-se que ocorreu um aumento de docentes nos anos de 2015 e 2016 em relação aos outros anos estudados, tendo um aumento de cerca 11 % em comparação com o ano de 2014. Na etapa Pré-Escola, nos anos de 2015 e 2016, a modalidade contava com 26 profissionais, o que foi decaindo a partir do ano de 2016 até 2018. No Ensino Fundamental, os anos iniciais apresenta uma elevação no ano de 2015, porém decréscimo nos anos seguintes. Nos anos finais verifica-se uma oscilação do início da série em estudo até o final, com redução no quantitativo de docentes próxima de 28%, o que implica em falta de profissionais qualificados para atuar na Educação Básica, podendo prejudicar a qualidade da educação no município.

No Quadro 6 é possível verificar ainda o número de docentes por localidades na Educação Básica do Município de Poção.



Quadro 6 – Número de docentes da Educação Básica por localização da Rede Municipal de Poção –PE

CATEGORIA DE ANÁLISE – Docentes por zona municipal		
ANO	DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
	URBANA	RURAL
2014	75	47
2015	74	44
2016	73	41
2017	68	36
2018	70	35

Fonte: Elaborado pelos autores baseado no MEC/Portal do INEP (2014-2018).

Com base no Quadro 6, o número de docentes que trabalham na zona urbana é superior ao número de profissionais que atuam na zona rural em todos os anos analisados.

Na zona urbana os dados mostram uma queda de 7% no quantitativo de professores do início da série até o ano de 2018. Na zona rural o quantitativo de professores que deixaram as salas de aula está em torno de 25%, demonstrando um quadro alarmante.

Convém ressaltar que o quantitativo de docentes na Educação Básica poçoense, sob a responsabilidade municipal, era de 122 professores no ano de 2014, porém em 2018 esse número passou para 105 professores em exercício, apresentando desta forma uma queda de 14% no número de profissionais fora de sala de aula.

De acordo com o PNE (2014-2024), na diretriz IX, espera-se nesse decênio a “valorização dos(as) profissionais da educação”. Ao serem comparados os dados do início da série com o ano de 2018 do Quadro 6, somente 5 docentes deixaram as escolas urbanas, ao passo que 12 docentes deixaram de atuar nas escolas rurais. Talvez, os docentes das escolas rurais tenham completado o tempo de serviço para a aposentadoria. Mas, talvez, esses docentes das escolas rurais tenham pedido remoção para trabalhos administrativos na Secretaria de Educação Municipal ou tenham abandonado as suas atividades no meio rural face às condições de desvalorização profissional que são comuns para este tipo de localidade, fato que se enseja outras pesquisas para trazer à luz esse fenômeno de emigração, pelo fato que profissionais satisfeitos com as condições de trabalho continuam em suas atividades laborativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como alvo o Plano Nacional de Educação e os desafios de gestão educacional do município de Poção-PE e, desse modo, responder quais desafios de gestão educacional foram encontrados em Poção-PE, no período de 2014 a 2018, para efetivação do PNE.

Entre os desafios de gestão educacional está a diminuição de matrículas, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental no decorrer dos anos de 2014 a 2018, mesmo havendo aumento da população municipal.

No que diz respeito ao quantitativo de estabelecimentos educacionais sob a responsabilidade municipal poçoense, somente a Educação Infantil perdeu uma unidade escolar, fato que chama à atenção, visto que tanto as etapas Creche quanto a Pré-escola são os



alicerces da Educação Básica.

Tratando-se do atendimento do transporte escolar aos discentes, os dados mostram redução no número de atendidos, o que parece estar relacionado à diminuição de matrículas no município, porém a cidade de Poção registra aumento de residentes.

No que se refere ao quantitativo de docentes em atuação na Educação Básica municipal, é alarmante o percentual de 25% que deixaram de lecionar nas escolas situadas no meio rural.

Ressalta-se, ainda, a falta de informações oficiais sobre o quantitativo de estabelecimentos da rede municipal e sobre o atendimento do transporte público, o que pode tornar mais grave a análise dos desafios de gestão municipal poçoense.

Conclui-se, assim, que muitos são os desafios encontrados para a efetivação da PNE (2014-2024) no município poçoense, como a redução de matrículas e consequente diminuição de unidades escolares na Educação Básica, o decrescente atendimento do transporte escolar e a drástica redução de docentes em sala de aula, principalmente nas escolas rurais.

Dessa forma, acredita-se ser necessária a continuidade desse estudo, como forma de esclarecer outros fenômenos, principalmente sobre as realidades das escolas urbanas e das escolas rurais do Município de Poção, para que as diretrizes do PNE (2014-2024) sejam efetivamente concretizadas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, L. M. S. **Formulação do Plano Nacional de Educação 2014-2024: a gestão democrática da escola na política pública**. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BASE DE DADOS DO ESTADO. **Social**. Educação. Educação Infantil. Ensino Fundamental. Disponível em:
<http://www.bde.pe.gov.br/site/ConteudoRestrito2.aspx?codGrupoMenu=92&codPermissao=5>
. Acesso em: 5 jun. 2020a.

BASE DE DADOS DO ESTADO. **Social**. Educação. Educação Infantil. Estabelecimentos na Educação Infantil por dependência administrativa (2014-2018). Disponível em: [BDE](#) .Acesso em: 17 dez. 2020b.

BASE DE DADOS DO ESTADO. **Social**. Educação. Educação Infantil. Matrícula inicial na Educação Infantil, por dependência administrativa, segundo o tipo de ensino(2014-2018). Disponível em: [BDE](#). Acesso em: 17 nov. 2020c.

BASE DE DADOS DO ESTADO. **Social**. Educação. Ensino Fundamental. Estabelecimentos na Educação Fundamental por dependência administrativa (2014-2018). Disponível em: [BDE](#). Acesso em: 17 dez. 2020d.

BASE DE DADOS DO ESTADO. **Social**. Educação. Ensino Fundamental. Matrícula inicial no Ensino Fundamental, por dependência administrativa (2014-2018). Disponível em: [BDE](#). Acesso em: 17 nov. 2020e.



BASE DE DADOS DO ESTADO. **Economia**. Finanças Públicas. Despesas municipais por função, educação (2019). Disponível em: [BDE](#). Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 3 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014a**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **O Plano Municipal de Educação**: caderno de orientações. Brasília [DF]: Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014b.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CLOSS, F.M; BERRÁ, L. Fatores determinantes que levam as pessoas a optarem pelo sicredi no bairro Florestal, Lajeado – RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 1, n. 1, p. 77- 86, 2009.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

FERNANDES, K. L. **Orientação política do Plano Nacional de Educação (2014-2024)**: implicações para a gestão da Educação. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

HYPOLITO, A. L. M. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 12 mar. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pernambuco**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>. Acesso em: 12 mar. 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Poção**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/pocao/panorama>. Acesso em: 12 mar. 2021c.

LIMA, M. V. S. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: processo de elaboração e implementação. 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do FNDE. Consulta. **Dados do PNATE (2014-2018)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/consultas>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2014-2018)**. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 14 jan.2021

MOURA, R. C. B. **Federalismo, planejamento, relações colaborativas e planos de educação**: papel da SASE na articulação PNE e SNE. 2018. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

NARDI, E. L. Gestão democrática do ensino público na educação básica: dimensões comuns e arranjos institucionais sinalizados em bases normativas de sistemas municipais de ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 123-136, mar./abr. 2018.

OLIVEIRA, R. T. C. Do Plano Nacional de Educação (2014-2024) ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014- 2024): a gestão democrática em questão. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 44, p. 221-238, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, I.C; MENEZES, I.V. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de pesquisa** v.48 n.169 p.876-900, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO. **Secretarias e Órgãos (2018)**. Disponível em: <https://pocao.pe.gov.br/Estrutura>. Acesso em: 3 jul. 2020.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D; GUINDAN, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n.1, p.1-15, julho, 2009.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p.380-412, maio/ago. 2010.



SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Paraná. **Anais** [...]. Paraná: PCUPR, 2009.